



**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

CAMPUS MACEIÓ

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

**MARIA JOSINEIDE DOS SANTOS
RUTIANY FLÁVIA CORREIA CABRAL**

**ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NO ENSINO MÉDIO**

MACEIÓ, ALAGOAS

2025

MARIA JOSINEIDE DOS SANTOS
RUTIANY FLÁVIA CORREIA CABRAL

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. M^e. Lucas De Stefano Meira
Henriques

MACEIÓ, ALAGOAS
2025



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

510.07
S237e

Santos, Maria Josineide dos.

Estratégias didáticas para o ensino de educação financeira no ensino médio [recurso eletrônico] / Maria Josineide dos Santos, Rutiany Flávia Correia Cabral. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 238 KB). – 2025.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Me. Lucas De Stefano Meira Henriques.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Alagoas, *Campus Maceió*, Maceió, 2025.

1. Matemática – Ensino. 2. Educação financeira – Ensino médio. 3. Orçamento familiar. I. Cabral, Rutiany Flávia Correia. II. Título.

Franciane Monick Gomes de França
Bibliotecária – CRB 4/1831

MARIA JOSINEIDE DOS SANTOS
RUTIANY FLÁVIA CORREIA CABRAL

ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA
NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de graduação em Licenciatura em Mate-
mática do Instituto Federal de Alagoas, *Campus*
Maceió, como requisito parcial para obtenção de
grau de Licenciado em Matemática.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. M^º. Lucas De Stefano Meira Henriques(Orientador)
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Prof. M^º. Hugo Santos Nunes
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Prof. M^º. Cleverton da Silva Vasconcelos
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

MACEIÓ, ALAGOAS
2025

Eu, Maria Josineide, dedico este trabalho à minha querida e amada filha, Maria Sophya, ao meu amado esposo Israel Luís por toda paciência e amor, e aos meus amados pais, Maria Damiana e Antônio José que sempre se fizeram presentes e me deram total apoio.

Eu, Rutiany Flávia, dedico este trabalho a Deus ("Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas" Romanos 11:36), os meus filhos, por estarem sempre me apoiando, aos meus irmãos, sobrinhos e aos meus pais (in memoriam) por todo amor incondicional e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Eu, Maria Josineide,

Agradeço primeiramente a Deus que sempre me fortaleceu e iluminou os meus caminhos. Que toda honra e toda glória sejam dadas a ti, Senhor!

Agradeço ao meu esposo Israel Luís, a minha mãe Maria Damiana e ao meu pai Antônio José que sempre me apoiaram e me fortaleceram durante esta caminhada.

Agradeço também a minha filha Maria Sophya por todo o amor e força.

Agradeço a todos os meus irmãos e irmãs, em especial à minha irmã Josicleide e às minhas sobrinhas, por todo o apoio. Agradeço também à minha sogra e à minha tia por todas as palavras de encorajamento e força.

Ao meu orientador, Prof. Me. Lucas de Stefano, pela paciência, pelas sugestões, por ter acreditado na realização desta pesquisa e pela confiança.

E aos demais professores que contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico por meio de seus inúmeros ensinamentos.

Aos meus colegas de estudo e a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, em minha formação. A todos vocês, minha gratidão e carinho.

Eu, Rutiany Flávia,

Agradeço a Deus, pois só ele sabe de toda a trajetória até a conclusão desse curso.

Aos meus amados filhos Rossana Marie e Vinícius Davi.

Ao meu irmão mais velho José Roosevelt.

As minhas irmãs Ruth Fayse e Révellyn Flávyanne.

A meus sobrinhos, que graças a Deus estão sempre presentes em minha vida.

Ao meu orientador e professor Lucas De Stefano pela confiança e por acreditar nesse trabalho.

E a todos os professores que incentivaram, me deram força desde o começo do curso, mostrando a importância do curso e ao ifal toda a instituição, e que contribuíram com o meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus colegas de estudo e a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, em minha formação. A todos vocês, minha gratidão e carinho.

*"Se procurar a sabedoria como se procura a prata
e buscá-la como quem busca um tesouro escondido,
então você entenderá o que é temer o Senhor
e achará o conhecimento de Deus".*

Provérbios 2:4-6

RESUMO

Este Trabalho propõe uma estratégia didática para o ensino de Educação Financeira no Ensino Médio, visando à formação crítica, consciente e autônoma dos estudantes diante do uso do dinheiro e das decisões econômicas do cotidiano, em um cenário nacional marcado pelo alto endividamento das famílias, taxas de juros elevadas e dificuldades persistentes de planejamento financeiro. Fundamentada em dados recentes que evidenciam crescente inadimplência e vulnerabilidade econômica, a proposta busca oferecer aos jovens conhecimentos essenciais sobre consumo consciente, juros simples e compostos, inflação, crédito, investimentos, orçamento e planejamento familiar, articulando referenciais teóricos atualizados, documentos normativos como a BNCC e pesquisas sobre metodologias de ensino aplicadas ao desenvolvimento de competências financeiras. Além disso, discute o histórico da Educação Financeira no Brasil e destaca a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, mediadas por atividades práticas, resolução de problemas, simulações e análise de situações reais, de modo a tornar o aprendizado significativo e alinhado às demandas contemporâneas. Com o intuito de promover autonomia, responsabilidade e consciência social, a educação financeira pode atuar como instrumento transformador na vida dos estudantes e contribuindo para a redução da vulnerabilidade econômica das futuras gerações.

Palavras-chaves: educação financeira; estratégia didática; ensino médio; endividamento; orçamento familiar.

ABSTRACT

This study proposes a didactic strategy for teaching Financial Education in high school, aiming to develop students' critical thinking, conscious decision-making, and autonomy in the use of money and daily economic choices. The context is characterized by high household indebtedness, elevated interest rates, and persistent difficulties in financial planning. Based on recent data highlighting increasing delinquency and economic vulnerability, the strategy provides students with essential knowledge on conscious consumption, simple and compound interest, inflation, credit, investments, budgeting, and family financial management, integrating updated theoretical references, normative documents such as the BNCC, and research on teaching methodologies designed to develop financial competencies. Additionally, the study discusses the history of Financial Education in Brazil and emphasizes the importance of contextualized pedagogical practices, including hands-on activities, problem-solving, simulations, and the analysis of real-life situations, aiming to make learning meaningful and aligned with contemporary educational demands. By fostering autonomy, responsibility, and social awareness, Financial Education can serve as a transformative tool in students' lives, contributing to the reduction of economic vulnerability among future generations.

Keywords: financial education; didactic strategy; high school; indebtedness; family budget.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de inadimplentes no Brasil (fevereiro a agosto de 2025)	15
Tabela 2 – Comparação entre Renda Ativa e Renda Passiva	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	13
2.1	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	13
2.2	IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO: CONSUMO X CONSUMISMO	15
3	CONCEITOS BÁSICOS DE FINANÇAS	18
3.1	CÁLCULO DE PORCENTAGEM	18
3.2	JUROS	20
3.2.1	Juros Simples	20
3.2.2	Juros Compostos	21
3.3	IMPOSTOS	22
3.3.1	Impostos Diretos	23
3.3.2	Impostos Indiretos	23
3.4	CUSTO EFETIVO TOTAL(CET)	24
3.5	RENDIMENTOS	25
4	COMPONENTES ESSENCIAIS DO ORÇAMENTO PESSOAL	26
4.1	RENDA	26
4.1.1	Renda Passiva e Ativa	26
4.2	RECEITA	29
4.2.1	Receita Fixa e Variável	29
4.3	DESPESA	31
4.3.1	Despesa Fixa e Variável	31
5	FORMAS DE CRÉDITO	33
5.1	CARTÃO DE CRÉDITO	33
5.2	CHEQUE ESPECIAL	35
5.3	FINANCIAMENTO	36
5.4	EMPRÉSTIMO PESSOAL	37
6	ORÇAMENTO FAMILIAR	40
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira é uma competência essencial para a formação cidadã e para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade individual. Com o aumento dos índices de endividamento das famílias brasileiras, torna-se indispensável que a escola aborde o tema de forma sistemática e contextualizada. Esta proposta de sequência didática foi elaborada com base em referenciais teóricos e documentos oficiais, como a BNCC, bem como em dados e estudos recentes sobre a situação financeira da população brasileira. Embora não tenha sido aplicada em contexto real, a proposta oferece um modelo de prática pedagógica que pode ser adaptado e implementado em diferentes realidades escolares.

O Banco Central do Brasil, em seu Caderno de Educação Financeira (2013), reforça que a educação financeira é um direito de cidadania, uma vez que capacita indivíduos a tomar decisões mais seguras sobre consumo, crédito e investimentos. O documento destaca a importância do planejamento em diferentes horizontes de tempo em curto, médio e longo prazo e da formação de hábitos de poupança desde cedo, além da avaliação de riscos e oportunidades. Entre as recomendações estão a anotação de todas as despesas e receitas, a classificação dos gastos em essenciais e supérfluos, a definição de metas de poupança mensais e a revisão periódica do orçamento. O material evidencia que o orçamento é também um instrumento pedagógico, capaz de ensinar responsabilidade financeira e promover maior consciência sobre o uso do dinheiro.

A falta de conhecimento sobre finanças pessoais é uma das principais causas do endividamento e da inadimplência no Brasil. Dados recentes apontam que milhões de brasileiros enfrentam dificuldades para administrar seus recursos, o que reforça a importância de promover a Educação Financeira desde o Ensino Básico.

O desenvolvimento de competências financeiras por meio de conteúdos que abrangem desde conceitos básicos até temas mais complexos, como investimentos e juros compostos, prepara o estudante para lidar com decisões econômicas de forma consciente e crítica, fortalecendo sua capacidade de compreender e aplicar conhecimentos relacionados à administração do dinheiro, ao consumo responsável e ao planejamento financeiro. Essa formação busca favorecer uma postura crítica e responsável diante das escolhas econômicas do cotidiano, estimulando autonomia e segurança na tomada de decisões que impactam diretamente a organização financeira pessoal.

Para isso, trabalham-se conhecimentos essenciais, como finanças pessoais e orçamento doméstico, causas do endividamento e da inadimplência no Brasil, funcionamento das diferentes formas de crédito e seus efeitos, além do cálculo de juros compostos e da análise de investimentos seguros. Também são abordadas práticas de planejamento de metas financeiras em diferentes prazos e a elaboração de um orçamento pessoal considerando receitas e despesas fixas e variáveis.

A história econômica brasileira evidencia uma persistente má distribuição de renda, fator que contribui para elevados índices de inadimplência observados até os dias atuais. Diante desse cenário, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de promover a educação financeira entre

a população. Diversos estudos têm apontado essa demanda, e pesquisadores vêm implementando — e ainda desenvolvendo — propostas que reforçam a importância desse conhecimento para a formação de cidadãos capazes de tomar decisões conscientes em relação às suas necessidades e desejos de consumo, ao controle de desperdícios e à gestão responsável da própria renda.

Nos dias atuais, o marketing altamente estruturado em torno das vendas parceladas, muitas vezes com prazos extensos e juros embutidos nas prestações, incentiva a população a adquirir bens desejados mesmo quando já se encontra fortemente endividada, especialmente entre indivíduos de média e baixa renda. As ofertas, frequentemente atrativas, aliadas à falta de orientação financeira e ao pouco planejamento familiar, levam muitos consumidores a assumir dívidas que comprometem sua estabilidade econômica. Esse fenômeno, que se repete ao longo dos anos, evidencia uma cultura de consumo impulsivo e, muitas vezes, desnecessário.

O objetivo deste trabalho é apresentar estratégias didáticas para o ensino da Matemática Financeira a partir de situações reais do cotidiano dos estudantes, relacionadas ao consumo, à organização da vida financeira e à tomada de decisões econômicas. Busca-se aproximar os conteúdos matemáticos da realidade social e econômica dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa, reflexiva e aplicada, que contribua para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação de cidadãos conscientes e capazes de lidar de forma responsável com questões financeiras em seu cotidiano.

Diante desse contexto, torna-se evidente que a educação financeira é um instrumento essencial para enfrentar os desafios impostos pelo consumo impulsivo, pelo endividamento crescente e pela falta de planejamento presente na realidade de grande parte da população brasileira. Ao compreender a complexidade desse cenário e a necessidade urgente de formar indivíduos mais críticos, conscientes e preparados para tomar decisões econômicas responsáveis, este trabalho propõe uma abordagem pedagógica estruturada que dialoga com as demandas sociais atuais. Assim, a seguir, os capítulos serão organizados de modo a apresentar um histórico de como é tratada a educação financeira no Brasil, conceitos básicos sobre finanças, os componentes do orçamento pessoal, formas de crédito, como formular um orçamento familiar e as considerações finais sobre o trabalho, oferecendo uma visão clara e articulada de todo o processo desenvolvido.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira desempenha papel fundamental na formação de cidadãos capazes de gerir seus recursos de maneira consciente e responsável. No contexto brasileiro, marcado por altos índices de endividamento, taxas de juros elevadas e cultura de consumo acentuada, torna-se essencial compreender não apenas os conceitos básicos de finanças pessoais, mas também a relação entre consumo e consumismo. Essa abordagem permite analisar criticamente as decisões de gasto, identificar padrões de consumo impulsivo e refletir sobre os impactos econômicos e sociais das escolhas financeiras, promovendo hábitos que favorecem a autonomia, a sustentabilidade econômica e o bem-estar individual e familiar.

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A história da Educação Financeira no Brasil é relativamente recente quando comparada ao desenvolvimento econômico do país. Embora questões relacionadas ao uso do dinheiro, consumo e controle de gastos sempre tenham feito parte da vida cotidiana da população, o tema só começou a ganhar destaque como campo estruturado de conhecimento e política pública a partir dos anos 2000. Até então, a formação financeira dos brasileiros acontecia de maneira informal, transmitida principalmente no ambiente doméstico, sem metodologias sistematizadas e sem presença significativa no currículo escolar.

O avanço do crédito ao consumidor nas décadas de 1990 e 2000, impulsionado pela estabilização econômica após o Plano Real, teve impacto direto no debate sobre Educação Financeira no país. O acesso crescente a cartões de crédito, financiamentos, empréstimos e bens de consumo facilitados demonstrou que grande parte da população não possuía conhecimentos suficientes para lidar de forma responsável com produtos financeiros cada vez mais complexos. A ampliação do sistema bancário e o aumento da oferta de crédito também expuseram fragilidades relacionadas ao endividamento e à inadimplência, abrindo espaço para uma discussão mais ampla sobre a importância de preparar cidadãos para tomar decisões financeiras conscientes.

Nesse cenário, em 2010, o Governo Federal instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), marco fundamental na história brasileira acerca do tema. A ENEF resultou de uma articulação entre o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o Ministério da Fazenda, formando um comitê responsável por coordenar ações educativas, pesquisas e programas de formação voltados à população geral. A criação da ENEF representou o primeiro esforço institucional e contínuo para promover a Educação Financeira em nível nacional, com foco no desenvolvimento da autonomia, da capacidade de planejamento e da consciência financeira dos brasileiros.

Com a implementação da ENEF, surgiram projetos-piloto em escolas públicas, capacitação para educadores e materiais didáticos voltados ao ensino de finanças pessoais para crianças e

adolescentes. Essa movimentação fortaleceu o entendimento de que a Educação Financeira deveria ser vista como uma competência essencial para a vida adulta, e não apenas como um conhecimento opcional ou restrito à área da economia. A partir de então, o tema iniciou seu processo de aproximação gradual do ambiente escolar.

Um marco decisivo ocorreu em 2017 com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que orienta a educação básica no Brasil. A BNCC inseriu a Educação Financeira de maneira transversal, especialmente na área de Matemática, ao abordar conteúdos como juros simples e compostos, planejamento, consumo responsável e análise crítica de situações financeiras. Embora não apareça como disciplina isolada, a Educação Financeira tornou-se conteúdo obrigatório, o que impulsionou escolas a desenvolverem propostas pedagógicas mais estruturadas para tratar do tema.

Nos anos seguintes, a ampliação do acesso digital e o surgimento de fintechs, junto ao crescimento do número de jovens inseridos no mercado de consumo e crédito, reforçaram ainda mais a importância da formação financeira. Pesquisas realizadas ao longo da década de 2020 evidenciaram que grande parte da população brasileira possui baixo nível de letramento financeiro, o que contribui para níveis elevados de endividamento e dificuldade em lidar com conceitos básicos como orçamento, investimentos e juros.

Mas ainda há muito caminho a ser percorrido, pois o Brasil vem enfrentando sérios problemas relacionados ao endividamento das famílias, somados a altas taxas de juros, inflação persistente, desemprego elevado e uma economia em constante risco. As famílias brasileiras têm sentido diretamente os impactos dessas condições em seu poder de compra e na dificuldade de manter as contas em dia.

Em março de 2025, o número de inadimplentes chegou a 75,7 milhões (Tabela 1), um aumento de 1,02% em relação ao mês de fevereiro. Em abril, o total subiu para 76,6 milhões, registrando crescimento de 1,15% frente ao mês anterior. Já em maio, o país alcançou 77 milhões de endividados, representando um acréscimo de 0,57% em comparação a abril.

O avanço continuou em junho, com 77,8 milhões de inadimplentes, um aumento de 1,04% em relação a maio. Em julho, o número subiu para 78,2 milhões, indicando um crescimento de 0,37% frente ao mês anterior. Por fim, em agosto de 2025, o Brasil atingiu 78,8 milhões de pessoas inadimplentes, correspondendo a um aumento de 0,86% em comparação a julho.

De acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC e PEIC), o número de famílias endividadas continuou em crescimento, atingindo um recorde histórico de inadimplência. Dados mais recentes, referentes a setembro de 2025, o Brasil registrou mais de 79,2 milhões de pessoas endividadas, configurando um recorde histórico no nível de endividamento e inadimplência da população. Esse número representa o maior percentual já registrado pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) desde outubro de 2022, evidenciando o agravamento da situação financeira das famílias brasileiras.

Pesquisas recentes também indicam que a inadimplência permanece elevada, com uma par-

Tabela 1 – Evolução do número de inadimplentes no Brasil (fevereiro a agosto de 2025)

Mês/Ano	Número de inadimplentes (milhões)	Variação em relação ao mês anterior (%)
Fevereiro/2025	75,0	—
Março/2025	75,7	+1,02%
Abril/2025	76,6	+1,15%
Maió/2025	77,0	+0,57%
Junho/2025	77,8	+1,04%
Julho/2025	78,2	+0,37%
Agosto/2025	78,8	+0,86%

Fonte: Serasa (2025).

cela significativa das famílias brasileiras apresentando dificuldades em quitar suas dívidas. Entre os principais fatores estruturais que contribuem para esse cenário estão o alto comprometimento de renda com cartões de crédito, cheque especial e empréstimos pessoais, além da ausência de políticas públicas eficazes e contínuas voltadas à educação financeira.

Esses resultados reforçam a importância de promover uma educação financeira de qualidade desde as fases iniciais da vida, com foco na conscientização sobre o uso responsável do dinheiro, controle de gastos, elaboração de orçamentos e planejamento financeiro pessoal. Tais práticas são fundamentais para preparar crianças e jovens para a vida adulta, contribuindo para a redução da vulnerabilidade econômica e para a formação de uma sociedade financeiramente mais consciente.

Assim, a história da Educação Financeira no Brasil se caracteriza por um processo gradual de construção, ainda em desenvolvimento, marcado por avanços institucionais, transformações econômicas e pela crescente consciência de que preparar cidadãos para compreender o sistema financeiro é parte fundamental da formação escolar. Atualmente, a Educação Financeira é reconhecida como uma ferramenta essencial para promover autonomia, responsabilidade econômica e inclusão social, sendo tema indispensável no debate educacional contemporâneo.

2.2 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE FINANCEIRO: CONSUMO X CONSUMISMO

O controle financeiro é fundamental para a gestão eficaz e responsável das finanças, tanto pessoais quanto empresariais. Ele envolve o acompanhamento e o planejamento das receitas e despesas, com o objetivo de evitar endividamentos e alcançar metas financeiras. Esse processo é essencial para organizar as finanças de maneira estratégica, garantindo uma administração eficiente dos recursos.

Para indivíduos, o controle financeiro é essencial para evitar surpresas desagradáveis, como dívidas inesperadas, e para garantir que os recursos sejam usados de forma eficiente. Com ele, é possível criar orçamentos realistas, economizar para emergências, planejar para o futuro e garantir uma aposentadoria tranquila. Além disso, ao controlar seus gastos, é possível identificar desperdícios e redirecionar o dinheiro para investimentos mais rentáveis, como a educação, a saúde e o próprio bem-estar. Ele também proporciona uma maior segurança emocional, já que

saber que as finanças estão sob controle diminui o estresse relacionado a questões financeiras.

Para as empresas, o controle financeiro é a base para a sustentabilidade e o crescimento. Ele permite que os gestores monitorem a rentabilidade, identifiquem custos desnecessários e ajustem as estratégias para melhorar a performance financeira. Empresas que não mantêm um controle rigoroso de suas finanças correm o risco de tomar decisões erradas, como investir em projetos sem retorno ou, até mesmo, acumular dívidas que podem levar à falência. O controle financeiro também é fundamental para a tomada de decisões informadas, como quando e como expandir o negócio, ou se é necessário cortar custos.

Portanto, para ambos os casos o controle financeiro oferece maior flexibilidade e não só contribui para realização de objetivos e sonhos, mas também serve como um pilar fundamental para a prevenção de crises e a promoção do bem-estar econômico, possibilitando escolhas mais conscientes e, em última instância, a garantia de um futuro mais seguro e próspero.

O consumo é uma prática essencial nas sociedades modernas, pois atende às necessidades básicas e contribui para o bem-estar individual e coletivo. Entretanto, o ato de consumir passou por transformações significativas, especialmente em razão da expansão do mercado, da evolução tecnológica e da intensificação das estratégias de marketing, que influenciam comportamentos e moldam preferências. Assim, torna-se necessário diferenciar o consumo responsável daquele guiado por impulsos e pressões externas, uma vez que essa distinção é fundamental para o desenvolvimento da educação financeira.

O consumo consciente surge como uma alternativa equilibrada e responsável. Ele incentiva o indivíduo a refletir sobre suas escolhas, considerando a real necessidade do produto, seu custo-benefício, impacto ambiental, durabilidade e efeitos no orçamento. Ao adotar esse comportamento, o consumidor evita desperdícios, reduz gastos desnecessários e fortalece sua autonomia financeira. Essa prática contribui para uma relação mais saudável com o dinheiro, estabelecendo prioridades e metas alinhadas aos objetivos pessoais e familiares.

Por outro lado, o consumismo exagerado representa uma das maiores dificuldades financeiras enfrentadas atualmente. Impulsionado por estímulos constantes — como publicidade intensa, facilidade de crédito e busca por satisfação imediata — o consumismo leva o indivíduo a gastar mais do que precisa ou pode. Em muitos casos, as compras deixam de ser necessidades reais e passam a assumir função emocional, atuando como válvula de escape para ansiedade, estresse ou insatisfação pessoal. Esse comportamento impulsivo coloca o consumidor em uma posição vulnerável, dificultando o controle financeiro.

As consequências do consumismo exagerado são profundas e atingem diretamente a saúde financeira. O endividamento é a primeira delas: quando os gastos ultrapassam a renda disponível, aumentam as chances de recorrer a fontes de crédito caras, como cartão de crédito, cheque especial e empréstimos não planejados. A inadimplência também se torna comum, já que o acúmulo de dívidas compromete o orçamento mensal e impede o pagamento das despesas essenciais. À medida que os juros aumentam, a situação financeira se agrava, dificultando ainda mais a recuperação.

Além dos prejuízos financeiros, o consumismo também afeta o bem-estar emocional. O estresse causado pela dificuldade de pagar contas, a sensação de perda de controle sobre a própria vida financeira e até conflitos familiares podem surgir como consequência. Em muitos casos, a angústia gerada pelas dívidas pode estimular novas compras impulsivas, criando um ciclo vicioso difícil de romper.

Outro impacto relevante é o comprometimento dos objetivos de médio e longo prazo. Quando grande parte da renda é destinada ao pagamento de dívidas ou ao consumo desnecessário, torna-se quase impossível formar uma reserva de emergência, investir ou planejar a aposentadoria. Esse comportamento compromete não apenas o presente, mas todo o futuro financeiro do indivíduo e de sua família.

Assim, integrar os conceitos de consumo, consumo consciente e consumismo exagerado é essencial para a formação de cidadãos financeiramente responsáveis. Compreender essas diferenças permite reconhecer riscos, evitar decisões precipitadas e desenvolver estratégias de planejamento pessoal. Ao adotar hábitos mais conscientes e sustentáveis, o indivíduo fortalece sua segurança financeira e constrói uma relação mais equilibrada com o consumo.

3 CONCEITOS BÁSICOS DE FINANÇAS

O estudo dos conceitos básicos de finanças constitui um elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas econômicas que permeiam o cotidiano dos indivíduos e das famílias. No contexto atual, marcado por grande oferta de crédito, consumo acelerado e facilidade de acesso a serviços financeiros, torna-se essencial desenvolver conhecimentos que permitam interpretar e administrar recursos de forma eficiente. Compreender noções como receita, despesa, orçamento, poupança, juros e inflação é um primeiro passo para que o indivíduo consiga analisar sua realidade econômica e tomar decisões mais conscientes em relação ao uso do dinheiro.

Além de fornecer uma base teórica sólida, esses conceitos possibilitam ao estudante reconhecer padrões financeiros, antecipar riscos e planejar metas de curto, médio e longo prazo. Ao dominar elementos fundamentais como juros simples e compostos, tipos de crédito, investimentos básicos e organização do orçamento pessoal, o indivíduo amplia sua autonomia e sua capacidade de gerir a própria vida financeira. Dessa forma, o estudo dos conceitos básicos de finanças não apenas favorece a compreensão das práticas econômicas, mas também contribui diretamente para a construção de uma cultura de responsabilidade, equilíbrio e planejamento econômico.

3.1 CÁLCULO DE PORCENTAGEM

O cálculo de porcentagem é uma ferramenta matemática fundamental para a compreensão de diversos fenômenos financeiros presentes no cotidiano, como taxas de juros, descontos, acréscimos, rendimentos de investimentos e variações de preços. A porcentagem representa uma razão cujo denominador é 100, permitindo expressar partes de um todo de maneira padronizada e facilitando comparações. Assim, 1% corresponde a uma centésima parte de qualquer valor analisado.

Portanto, dominar o cálculo percentual é essencial para interpretar informações econômicas e tomar decisões mais conscientes. Situações comuns, como avaliar promoções no comércio, calcular juros de um empréstimo, entender reajustes salariais ou analisar a rentabilidade de aplicações financeiras, exigem compreensão adequada desse conceito. Quando o indivíduo compreende o impacto percentual sobre sua renda ou sobre o valor final de um produto, torna-se capaz de planejar melhor seus gastos e evitar armadilhas financeiras.

O cálculo de porcentagens pode ser aplicado de maneira direta e eficiente no cotidiano. Para determinar quanto representa uma porcentagem de um valor, utiliza-se a seguinte expressão fundamental:

$$\text{Valor} \times \left(\frac{\text{porcentagem}}{100} \right)$$

O cálculo percentual é útil para determinar aumentos e reduções em valores financeiros do

cotidiano. A seguir, apresentam-se dois exemplos práticos envolvendo acréscimo e desconto percentual:

Exemplo 3.1.1: Acréscimo percentual

Para aumentar um produto de R\$ 250,00 em 12%, calcula-se a parcela percentual:

$$250 \times 0,12 = 30.$$

Assim, o novo valor será:

$$250 + 30 = R\$280,00.$$

Exemplo 3.1.2: Desconto percentual

Para aplicar um desconto de 15% em um serviço de R\$ 400,00, determina-se:

$$400 \times 0,15 = 60.$$

Logo, o valor final após o desconto será:

$$400 - 60 = R\$340,00.$$

Esse cálculo pode ser simplificado utilizando o **fator percentual**, que consiste em transformar o percentual em um multiplicador aplicado diretamente ao valor inicial. Para aumentos percentuais, soma-se o percentual ao número 1; para descontos, subtrai-se o percentual de 1. Dessa forma, obtém-se o fator que será usado na multiplicação. A expressão geral é:

$$\text{Valor final} = \text{Valor inicial} \times (1 \pm \text{percentual})$$

O sinal “+” é usado para acréscimo e o sinal “-” para desconto. Esse método permite calcular rapidamente novos valores sem precisar determinar primeiro o valor da porcentagem separadamente, tornando o procedimento mais ágil e intuitivo em situações financeiras.

Exemplo 3.1.3: Acréscimo utilizando o fator percentual

Para aumentar um produto de R\$ 250,00 em 12%, calcula-se o fator:

$$1 + 0,12 = 1,12.$$

Então, basta multiplicar:

$$250 \times 1,12 = R\$280,00.$$

Exemplo 3.1.4: Desconto utilizando o fator percentual

Para aplicar um desconto de 15% em um serviço de R\$ 400,00, determina-se o fator:

$$1 - 0,15 = 0,85.$$

Assim, o valor final será:

$$400 \times 0,85 = R\$340,00.$$

Assim, a porcentagem deixa de ser apenas um conceito matemático e passa a constituir um instrumento fundamental para a tomada de decisões financeiras responsáveis. A inserção desse conteúdo no Ensino Médio fortalece o desenvolvimento de competências que permitem aos estudantes analisar situações concretas, interpretar informações numéricas com precisão e estabelecer uma relação mais consciente, crítica e equilibrada com o uso do dinheiro.

3.2 JUROS

Os juros representam a remuneração pelo uso de um capital ao longo do tempo, sendo amplamente utilizados em operações financeiras, investimentos, empréstimos e financiamentos. Em termos gerais, os juros medem o valor adicional pago ou recebido em função da passagem do tempo, da taxa aplicada e do capital inicial envolvido. Entre os principais modelos utilizados na Educação Financeira, destacam-se os **juros simples** e os **juros compostos**, que diferem no modo como o acréscimo é calculado.

3.2.1 Juros Simples

Os juros representam a remuneração pelo uso de um capital ao longo do tempo e constituem um dos elementos centrais das operações financeiras. No regime de juros simples, o cálculo é realizado sempre sobre o capital inicial, de modo que o acréscimo financeiro cresce de maneira linear e constante ao longo dos períodos. Essa característica torna o processo mais previsível e com menor velocidade de crescimento, uma vez que os juros não se acumulam sobre os rendimentos anteriores. A expressão geral do juro simples é:

$$J = C \cdot i \cdot t$$

Onde C é o capital inicial, i é a taxa percentual em forma decimal e t é o tempo de aplicação. A partir dessa relação, obtém-se o montante total ao final do período:

$$M = C + J$$

$$M = C(1 + i \cdot t)$$

Exemplo 3.2.1: Cálculo de juros simples aplicando a fórmula

Considere um capital de R\$ 1.000,00 aplicado à taxa de 5% ao mês durante 4 meses.

Aplicando a fórmula:

$$J = 1000 \times 0,05 \times 4 = 200.$$

O montante final será:

$$M = C + J = 1000 + 200 = R\$1.200,00.$$

O acompanhamento detalhado do cálculo do juros mês a mês permite ao investidor ou tomador de crédito planejar com precisão seus pagamentos ou aplicações, sem surpresas, e compreender de forma prática o comportamento do capital ao longo do tempo.

Exemplo 3.2.2: Cálculo de juros simples mês a mês

Considere um capital $C = R\$ 1000,00$ e taxa mensal $i = 2\% = 0,02$.

Passo a passo mensal (juros fixos por mês = $1000 \times 0,02 = R\$ 20,00$):

- Mês 1: $M_1 = 1000 + 20 = R\$ 1020,00$.
- Mês 2: $M_2 = 1000 + 2 \times 20 = R\$ 1040,00$.
- Mês 3: $M_3 = 1000 + 3 \times 20 = R\$ 1060,00$.
- Mês 4: $M_4 = 1000 + 4 \times 20 = R\$ 1080,00$.

3.2.2 Juros Compostos

No regime de juros compostos, os juros são adicionados ao capital ao fim de cada período, formando um novo montante sobre o qual incidirão novos juros. Dessa forma, o crescimento ocorre de maneira exponencial, pois cada período considera não apenas o valor inicial, mas também os juros acumulados anteriormente. Esse mecanismo faz com que, ao longo do tempo, os juros compostos gerem montantes significativamente superiores aos obtidos pelo regime simples, especialmente em aplicações de médio e longo prazo. A expressão geral é:

$$M = C(1 + i)^t,$$

em que M representa o montante acumulado após t períodos.

Daí, obtém-se o juros ao final do período:

$$J = M - C$$

Exemplo 3.2.3: Cálculo de juros compostos aplicando a fórmula

Utilizando os mesmos valores do exemplo anterior (R\$ 1.000,00 aplicados a 5% ao mês por 4 meses), temos:

$$M = 1000(1 + 0,05)^4 = 1000(1,21550625) = R\$1.215,51.$$

Os juros correspondem à diferença:

$$J = M - C = 1215,51 - 1000 = R\$215,51.$$

Ao analisar os juros mês a mês, é possível visualizar claramente o efeito do tempo e da taxa de aplicação sobre o montante final, destacando as diferenças entre os dois métodos e evidenciando a importância da matemática financeira na tomada de decisões econômicas responsáveis.

Exemplo 3.2.4: Cálculo de juros Compostos mês a mês

Com os mesmos dados do exemplo de juros simples, $C = R\$ 1000,00$ e $i = 0,02$ (2% ao mês).

Passo a passo mensal (capitalização mês a mês):

- Mês 1: $M_1 = 1000 \times 1,02 = R\$ 1020,00$.
- Mês 2: $M_2 = 1020 \times 1,02 = R\$ 1040,40$.
- Mês 3: $M_3 = 1040,40 \times 1,02 = R\$ 1061,208$.
- Mês 4: $M_4 = 1061,208 \times 1,02 = R\$ 1082,43216 \approx R\$ 1082,43$.

3.3 IMPOSTOS

Os impostos representam uma das principais formas de financiamento da máquina pública e constituem elemento essencial para o funcionamento e manutenção do Estado. De maneira geral, são valores cobrados de indivíduos e empresas com o objetivo de custear serviços e políticas públicas indispensáveis, como saúde, educação, segurança, saneamento, previdência social e infraestrutura. Em razão disso, compreender o papel dos impostos é um componente fundamental da educação financeira, especialmente no Ensino Médio, onde os estudantes iniciam seu entendimento sobre responsabilidades econômicas e cidadania fiscal.

No cotidiano, os impostos influenciam diretamente o poder de compra das famílias e a dinâmica dos preços dos bens e serviços. Produtos básicos como alimentos, combustíveis, roupas e eletrodomésticos possuem tributos embutidos em seu valor final, o que impacta a capacidade de consumo, o planejamento financeiro e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Assim, desenvolver consciência sobre a carga tributária brasileira ajuda o estudante a interpretar por que determinados produtos são mais caros que outros e como as decisões do governo em relação aos

impostos podem alterar sua realidade financeira. No Brasil, os impostos podem ser divididos em duas principais categorias: diretos e indiretos.

3.3.1 Impostos Diretos

Impostos diretos são aqueles cobrados diretamente sobre a renda, o patrimônio ou a posse de bens de uma pessoa ou empresa, levando em consideração a capacidade econômica do contribuinte. Em outras palavras, são tributos pagos de forma imediata pelo indivíduo ou pela organização que é o alvo da cobrança, sem transferência obrigatória desse custo para outra pessoa.

Exemplos comuns incluem o Imposto de Renda (IR), cobrado sobre salários, lucros e outras formas de renda, e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) ou o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), incidentes sobre bens específicos. Esses impostos tendem a ser mais justos do ponto de vista distributivo, pois geralmente aplicam alíquotas maiores para quem possui maior renda ou patrimônio.

Exemplo 3.3.1: Desconto do IR

João é um trabalhador assalariado que recebe um salário mensal de R\$ 3.500,00. Suponha que, pela tabela vigente do Imposto de Renda, a alíquota aplicável ao seu salário seja de 15%. Assim, o valor do IR descontado diretamente na folha será:

$$\text{IR} = 0,15 \times 3.500 = \text{R}\$525,00.$$

Ou seja, o trabalhador irá receber no máximo R\$ 2.975,00, que diz respeito ao seu salário descontado o IR.

Exemplo 3.3.2: Cálculo do IPVA

Uma pessoa adquiriu um carro cujo valor venal é de R\$ 40.000,00. Sabendo que a alíquota do IPVA no seu estado é de 4%, temos:

$$\text{IPVA} = 0,04 \times 40.000 = \text{R}\$1.600,00.$$

Logo, ele deve pagar de imposto neste ano que adquiriu o carro o valor de R\$ 1.600,00.

3.3.2 Impostos Indiretos

São impostos embutidos no preço de produtos e serviços e repassados ao consumidor final. Entre os principais estão: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e outros. Por não serem visíveis diretamente, esses impostos tornam a carga tributária menos transparente e dificultam a percepção real do custo final do produto.

Exemplo 3.3.3: Valor final de produto com IPI e ICMS

Ana decide comprar um eletrodoméstico cujo preço base é de R\$ 1.000,00. Sobre esse produto incidem impostos indiretos, como o **ICMS** e o **IPI**, que já vêm incorporados ao preço final. Supondo que o ICMS seja de 18% e o IPI de 5%, temos:

$$\text{Impostos} = 1000 \times (0,18 + 0,05) = 1000 \times 0,23 = R\$230,00.$$

Assim, o preço final pago pela consumidora será:

$$\text{Preço final} = 1000 + 230 = R\$1.230,00.$$

Nesse caso, o consumidor paga pelos impostos de forma indireta, já que eles estão embutidos no valor do produto, embora quem recolha os tributos seja a empresa.

3.4 CUSTO EFETIVO TOTAL(CET)

O Custo Efetivo Total (CET) representa o valor real pago por um consumidor ao contratar um crédito, um financiamento ou um empréstimo. Ele reúne todos os encargos, tarifas, impostos e despesas envolvidos na operação, não apenas os juros anunciados pela instituição financeira. Entre os elementos que compõem o CET, podem estar: taxa de juros mensal e anual, tarifas administrativas, seguros obrigatórios, tributos e demais custos operacionais. Por essa razão, o CET costuma ser mais elevado do que a taxa de juros isolada apresentada na oferta inicial.

Exemplo 3.4.1: Custo efetivo total em um empréstimo

Um cliente decide contratar um empréstimo pessoal de R\$ 2.000,00. O banco informa uma taxa de juros mensal de 3%, porém também cobra tarifas adicionais, como:

- Tarifa de abertura de crédito (TAC): R\$ 50,00;
- IOF total: R\$ 28,00;
- Seguro obrigatório: R\$ 12,00.

Esses valores devem ser incorporados ao cálculo do **Custo Efetivo Total (CET)**, pois representam o real custo do empréstimo para a cliente. Assim, o valor total financiado será:

$$2000 + 50 + 28 + 12 = R\$2.090,00.$$

Isso mostra que, embora o empréstimo anunciado fosse de R\$ 2.000,00, o custo real do crédito, devido às tarifas e impostos incluídos no **CET**, é significativamente maior.

No contexto da educação financeira, especialmente no Ensino Médio, compreender o CET

é fundamental para que os estudantes desenvolvam a capacidade de avaliar de forma crítica as propostas de crédito disponíveis no mercado. Muitos jovens entram na vida adulta sendo expostos a cartões de crédito, limites pré-aprovados e financiamentos, mas sem conhecer a estrutura real de custos que acompanha essas ofertas. O desconhecimento sobre o CET pode levar ao comprometimento de parte significativa da renda futura e à perda de controle sobre o orçamento.

3.5 RENDIMENTOS

O termo rendimentos refere-se ao ganho obtido por um investimento ao longo de um período. Esses ganhos podem vir de juros, valorização de ativos, dividendos, aluguéis ou outras formas de retorno financeiro. Assim, o rendimento representa o crescimento do capital aplicado e é fundamental para compreender a evolução do patrimônio ao longo do tempo.

No campo da educação financeira, compreender rendimentos é essencial para que o indivíduo desenvolva visão estratégica sobre o uso do próprio dinheiro. Saber como e por que um investimento gera retorno permite decisões mais seguras e alinhadas aos objetivos pessoais e familiares. Esse conhecimento também contribui para evitar escolhas impulsivas e para reconhecer oportunidades adequadas ao perfil de risco de cada pessoa.

Exemplo 3.5.1: Cálculo de rendimento mensal

Considere que Carla decide aplicar R\$ 2.000,00 em uma aplicação financeira que oferece rendimento de 1,2% ao mês. Para determinar o valor obtido ao final do primeiro mês, utiliza-se a fórmula de juros simples para rendimento:

$$\text{Rendimento} = C \times i,$$

onde C é o capital inicial e i é a taxa mensal em forma decimal.

Substituindo os valores:

$$\text{Rendimento} = 2000 \times 0,012 = R\$24,00.$$

Assim, o montante ao final de um mês será:

$$\text{Montante} = 2000 + 24 = R\$2.024,00.$$

A presença desse conteúdo no Ensino Médio contribui para que os estudantes desenvolvam consciência sobre a importância de investir desde cedo e compreender os riscos e retornos associados a cada tipo de aplicação. Ao aprender sobre rendimentos, o aluno passa a enxergar o dinheiro com mais responsabilidade e visão de longo prazo, desenvolvendo competências essenciais para uma gestão financeira sustentável.

4 COMPONENTES ESSENCIAIS DO ORÇAMENTO PESSOAL

O controle financeiro pessoal é essencial para a gestão eficaz dos recursos individuais e familiares, permitindo que as receitas e despesas sejam planejadas de forma consciente e estratégica. Por meio desse controle, é possível evitar endividamentos, organizar os gastos e direcionar o dinheiro para o alcance de objetivos pessoais e financeiros, como a formação de uma reserva de emergência, investimentos em educação, saúde e bem-estar, ou a realização de sonhos de consumo.

Manter um orçamento equilibrado possibilita a criação de metas realistas, a identificação de gastos desnecessários e o redirecionamento de recursos para prioridades mais importantes. Além disso, o acompanhamento sistemático das finanças pessoais contribui para a segurança emocional, reduzindo o estresse relacionado a imprevistos financeiros e proporcionando maior confiança nas decisões de consumo e investimento. Dessa forma, o controle do orçamento pessoal é um instrumento indispensável para a construção de uma vida financeira saudável, garantindo escolhas mais conscientes e um futuro econômico mais seguro e estável.

No decorrer deste capítulo, serão abordados os conceitos fundamentais de renda, receita e despesas, elementos essenciais para a compreensão e o planejamento do orçamento pessoal. Serão apresentadas definições claras, exemplos práticos e a forma como cada um desses componentes influencia diretamente a capacidade de organização financeira, o consumo consciente e a tomada de decisões econômicas responsáveis. Essa abordagem permite que o leitor construa uma base sólida de conhecimentos para gerenciar seus recursos de maneira eficiente e estratégica.

4.1 RENDA

A renda corresponde ao valor efetivamente disponível para consumo ou poupança, após a dedução de impostos, taxas e outras obrigações obrigatórias. Ela representa o poder de compra do indivíduo ou da família, sendo o montante que pode ser utilizado para despesas, investimentos ou reservas financeiras. Em empresas, a renda frequentemente se refere ao lucro líquido obtido depois de subtraídos os custos e despesas da receita total, refletindo a capacidade real de utilização dos recursos. Além disso, a renda pode ser classificada em dois tipos principais: renda ativa, obtida por meio do trabalho ou da prestação de serviços, e renda passiva, gerada por investimentos ou outras fontes que não exigem dedicação contínua de tempo ou esforço.

4.1.1 Renda Passiva e Ativa

Renda passiva é um tipo de dinheiro que você ganha sem precisar estar trabalhando ativamente. Por exemplo, quando você investe em algo como ações ou imóveis para alugar, esses investimentos podem gerar lucros automaticamente, como os juros de um banco ou o aluguel de uma casa. Assim, mesmo sem precisar trabalhar todos os dias, você continua recebendo dinheiro.

Dentro da renda passiva existe a renda vitalícia, um tipo de rendimento que é caracterizado por pagamentos sucessivos ao longo da vida do beneficiário, como por exemplo, a aposentadoria e previdência privada ou, determinados seguros. Porém não vamos nos aprofundar nesse tipo de renda.

Existem diversas formas de gerar receita sem a necessidade de esforço físico direto. Um exemplo é a obtenção de lucros a partir da abertura de uma empresa: com o sucesso do negócio, o empreendedor pode receber ganhos financeiros recorrentes, mesmo sem atuar ativamente na operação diária. A caderneta de poupança é outra forma de obter renda passiva sem a necessidade de trabalho humano. Trata-se de uma das opções mais populares entre a sociedade para gerar esse tipo de rendimento. Funciona de maneira simples: basta investir seu dinheiro na poupança e deixá-lo rendendo ao longo do tempo, recebendo os juros como forma de valorização do valor aplicado.

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é um dos instrumentos financeiros mais comuns utilizados para gerar renda passiva. Trata-se de um título emitido por bancos, no qual o investidor empresta dinheiro à instituição financeira em troca de remuneração sob a forma de juros. Esses juros podem ser pagos periodicamente ou ao final do período de aplicação, e representam uma forma de rendimento que não exige esforço contínuo do investidor, caracterizando-se, portanto, como renda passiva.

Exemplo 4.1.1: Investimento em CDB

Maria investiu R\$ 10.000,00 em um CDB que rende 10,9% ao mês. Esse rendimento é considerado **renda passiva**, pois o valor é obtido sem que Maria precise trabalhar ativamente.

O cálculo do rendimento mensal é:

$$\text{Renda passiva mensal} = 10.000 \times 0,109 = \text{R\$}1.090,00$$

Portanto, ao final de um ano Maria recebe R\$ 1.090,00 apenas pelos juros do investimento, sem precisar realizar qualquer trabalho adicional.

Outra forma de gerar renda passiva é por meio do investimento em fundos imobiliários (FIIs). Nesse tipo de investimento, o investidor adquire cotas de empreendimentos imobiliários e, em troca, recebe mensalmente parte dos aluguéis pagos pelos inquilinos dos imóveis administrados pelo fundo. Existe também o recebimento de dividendos que é outra maneira de obter renda passiva. Dividendos são parcelas dos lucros distribuídas pelas empresas aos seus acionistas, como forma de remuneração pelo capital investido. Assim, ao comprar ações de empresas que pagam dividendos, o investidor passa a receber uma renda periódica sem precisar trabalhar diretamente no negócio.

Exemplo 4.1.2: Cálculo de FII

Carlos investiu R\$ 20.000,00 em fundos imobiliários (FIIs) que pagam dividendos mensais equivalentes a 1,3% do valor investido. Esse rendimento é considerado **renda passiva**, pois os dividendos são recebidos sem que Carlos precise trabalhar ativamente.

O cálculo do rendimento mensal é:

$$\text{Renda passiva mensal} = 20.000 \times 0,013 = \text{R\$}260,00$$

Portanto, a cada mês Carlos recebe R\$ 260,00 apenas pelos dividendos do investimento em FIIs, sem necessidade de esforço adicional.

Renda ativa é a renda obtida por meio do trabalho e do esforço físico ou intelectual de uma pessoa. Ela é gerada pela prestação de serviços ou pela execução de tarefas nas quais o indivíduo participa ativamente, aplicando seu tempo, habilidades e dedicação. Nesse modelo, a obtenção de renda depende diretamente do esforço e da quantidade de trabalho realizado: quanto mais se trabalha, maior tende a ser a remuneração. Exemplos de renda ativa incluem salários, décimo terceiro salário, bolsas de estudo, férias remuneradas, entre outros benefícios que decorrem da atividade profissional.

Esse tipo de renda constitui a principal fonte de recursos para a maioria das pessoas, sendo fundamental para a manutenção do padrão de vida, o pagamento de despesas cotidianas e a construção de uma base financeira que possibilite poupança e investimentos. Além disso, a renda ativa é frequentemente a porta de entrada para a geração de renda passiva, uma vez que os recursos obtidos por meio do trabalho podem ser aplicados em investimentos que proporcionem ganhos adicionais sem esforço contínuo.

Exemplo 4.1.3: Renda ativa

Se um programador recebe um salário mensal de R\$ 5.000,00. Esse valor corresponde à sua **renda ativa**, pois é obtido diretamente pelo trabalho que realiza diariamente.

Além do salário fixo, ele recebe uma comissão mensal de R\$ 500,00 por projetos concluídos, que também integra sua renda ativa.

Portanto, no total, recebeu R\$ 5.500,00 por mês, resultado direto de seu esforço e dedicação profissional.

Para compreender melhor as diferenças entre os tipos de renda, é importante analisar suas características fundamentais. A renda ativa refere-se aos recursos obtidos diretamente por meio do trabalho ou da prestação de serviços, enquanto a renda passiva corresponde aos ganhos provenientes de investimentos ou ativos financeiros, que geram rendimento sem a necessidade de esforço contínuo.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa que resume os principais aspectos de cada tipo de renda, destacando sua origem, esforço necessário, dependência de tempo, exemplos e a

possibilidade de continuidade mesmo sem atuação direta do indivíduo.

Tabela 2 – Comparação entre Renda Ativa e Renda Passiva

Característica	Renda Ativa	Renda Passiva
Origem	Trabalho direto (físico ou intelectual)	Investimentos ou ativos que geram rendimentos
Esforço necessário	Alto esforço (contínuo)	Baixo esforço (pouco ou nenhum trabalho)
Dependência de tempo?	Sim, depende do tempo e esforço investido	Não diretamente; o dinheiro trabalha para você
Exemplos	Salário, décimo terceiro, bolsa de estudos, férias remuneradas	Aluguel de imóveis, juros da poupança, dividendos, fundos imobiliários
Pode parar de trabalhar? Por quê?	Não, porque a renda também para	Sim, pois a renda continua se o investimento for sólido

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

4.2 RECEITA

Para compreender o conceito de receita, é necessário analisar seus elementos constitutivos e identificar os diferentes tipos que podem compor essa entrada de recursos. A receita engloba todos os ganhos obtidos, tais como salários, benefícios corporativos, vendas de produtos ou serviços, aposentadorias e pensões. Esses valores representam entrada de capital, que pode ocorrer em dinheiro em espécie, transferências eletrônicas (PIX) ou pagamentos por cartão, constituindo, no contexto empresarial, um ativo financeiro.

4.2.1 Receita Fixa e Variável

As **receitas fixas** correspondem aos ganhos previsíveis e recorrentes, que ocorrem periodicamente e apresentam valores relativamente estáveis. Exemplos típicos incluem salários, aposentadorias, pensões e contratos de aluguel. Por serem regulares e confiáveis, essas receitas constituem a base do planejamento financeiro familiar, permitindo organizar o pagamento de despesas essenciais, como moradia, alimentação, educação, saúde e serviços básicos.

Além de garantir segurança econômica, as receitas fixas permitem a definição de metas financeiras de curto, médio e longo prazo, como a constituição de uma reserva de emergência, a realização de investimentos ou a aquisição planejada de bens duráveis. O acompanhamento constante dessas receitas possibilita à família avaliar sua capacidade de consumo e poupança, evitando desequilíbrios financeiros e endividamento desnecessário. Dessa forma, as receitas fixas não apenas sustentam o funcionamento cotidiano do orçamento familiar, mas também fornecem

estabilidade e previsibilidade, elementos fundamentais para a construção de um futuro financeiro mais seguro e estruturado.

Exemplo 4.2.1: Exemplo de receita familiar

A família de Cláudia possui diversas fontes de receita fixa. Além do salário fixo de Cláudia, no valor de R\$ 550,00, seus pais recebem cada um o salário-mínimo de R\$ 1.320,00.

Dessa forma, a receita fixa mensal da família pode ser calculada como:

$$\text{Receita fixa} = 550 + 1.320 + 1.320 = \text{R}\$3.190,00$$

Portanto, a soma das receitas fixas garante uma base estável de recursos financeiros para o planejamento familiar.

Em contrapartida, as **receitas variáveis** correspondem aos ganhos que não possuem valores fixos e cuja frequência pode oscilar de acordo com desempenho, demanda ou condições externas. Entre os exemplos mais comuns estão comissões de vendas, bônus, lucros provenientes de atividades sazonais, remuneração por serviços eventuais e rendimentos de investimentos que não possuem periodicidade garantida.

Apesar de sua imprevisibilidade, as receitas variáveis são importantes no orçamento familiar, pois complementam a renda fixa e oferecem maior flexibilidade financeira. Elas permitem realizar gastos adicionais, investir ou aumentar reservas de emergência. Para um planejamento eficiente, é fundamental registrar e acompanhar essas receitas, garantindo equilíbrio no orçamento, decisões conscientes e maior autonomia na gestão dos recursos.

Exemplo 4.2.2: Exemplo de receita variável

Para complementar sua renda e o orçamento familiar, Cláudia também trabalha com vendas, e durante o mês de março, obteve receita variável proveniente da comercialização de diferentes produtos. Foram vendidas 10 anéis a R\$ 12,00 cada, 8 pares de brincos a R\$ 9,00 cada e 5 pulseiras a R\$ 15,00 cada.

O cálculo da receita variável do mês é feito da seguinte forma:

$$10 \times 12 = 120, \quad 8 \times 9 = 72, \quad 5 \times 15 = 75$$

Portanto, a receita variável total de Cláudia no mês de março foi:

$$120 + 72 + 75 = \text{R}\$267,00$$

Este valor representa os ganhos obtidos de maneira não recorrente, dependendo das vendas realizadas durante o período.

4.3 DESPESA

As despesas representam todas as saídas de recursos financeiros de uma família ou indivíduo, sendo fundamentais para o planejamento e controle do orçamento. Elas englobam gastos necessários para a manutenção da vida cotidiana, como moradia, alimentação, transporte, saúde e educação, bem como despesas variáveis relacionadas a lazer, vestuário e outras necessidades não recorrentes.

Compreender e classificar as despesas permite identificar padrões de consumo, evitar desperdícios e planejar melhor o uso dos recursos disponíveis. Dessa forma, o registro detalhado e o acompanhamento das despesas contribuem para a organização financeira, garantindo que os gastos se mantenham dentro da capacidade de receita e possibilitando a realização de objetivos de curto, médio e longo prazo.

4.3.1 Despesa Fixa e Variável

As despesas fixas correspondem àquelas que permanecem constantes ao longo de determinado período, sendo previsíveis e recorrentes. Exemplos típicos incluem aluguel, financiamentos de imóvel ou veículo, mensalidades escolares ou universitárias e planos de saúde. Por sua regularidade, essas despesas podem ser planejadas com antecedência e representam compromissos financeiros que devem ser priorizados no orçamento familiar, garantindo o cumprimento das obrigações essenciais.

Exemplo 4.3.1: Despesas fixas familiares

Considere uma família com despesas fixas mensais que precisam ser priorizadas no orçamento. Entre elas, destacam-se:

- Aluguel: R\$ 1.200,00
- Financiamento do carro: R\$ 800,00
- Mensalidade escolar: R\$ 500,00
- Plano de saúde: R\$ 300,00
- Internet: R\$ 150,00

Total de despesas fixas: R\$ 2.950,00

Essas despesas são previsíveis e recorrentes, permitindo à família planejar o pagamento regular sem comprometer a estabilidade financeira.

Já as despesas variáveis são aquelas cujo valor ou frequência pode oscilar de acordo com o consumo, necessidades ou situações específicas. Entre elas estão compras de supermercado, hortifrúti, padaria, vestuário, calçados, serviços de beleza, contas de luz e água, além de gastos

eventuais como reformas, consertos, medicamentos, material escolar e viagens. O controle adequado dessas despesas permite maior flexibilidade no orçamento, auxiliando na alocação consciente dos recursos e evitando desequilíbrios financeiros.

Exemplo 4.3.2: Despesas variáveis familiares

Além das despesas fixas, a família também possui despesas variáveis, cujo valor pode oscilar de acordo com o consumo e necessidades do mês. Exemplos incluem:

- Supermercado: R\$ 600,00
- Contas de luz e água: R\$ 250,00
- Vestuário: R\$ 200,00
- Lazer e entretenimento: R\$ 150,00
- Serviços de beleza: R\$ 100,00
- Gastos eventuais (remédios, consertos, material escolar): R\$ 100,00

Total de despesas variáveis: R\$ 1.400,00

Controlar essas despesas permite maior flexibilidade no orçamento e auxilia a família a equilibrar gastos e receitas ao longo do mês.

5 FORMAS DE CRÉDITO

O crédito é uma ferramenta essencial na vida financeira de indivíduos e empresas, permitindo a aquisição de bens, serviços ou capital de giro mesmo quando os recursos próprios são insuficientes. Ele pode assumir diversas formas, como empréstimos pessoais, financiamentos, cartões de crédito, cheques especiais e linhas de crédito consignado, cada uma com características, taxas de juros e prazos específicos. Compreender as modalidades de crédito disponíveis é fundamental para a tomada de decisões conscientes, pois o uso inadequado pode gerar endividamento excessivo, enquanto o planejamento adequado possibilita aproveitar oportunidades de consumo e investimento de forma sustentável. Além disso, o acesso ao crédito está diretamente relacionado à educação financeira, já que exige conhecimento sobre juros, encargos, prazos e riscos envolvidos.

O uso do crédito influencia diretamente o comportamento de consumo, podendo estimular gastos impulsivos e a cultura do consumismo, especialmente quando as taxas de juros e os prazos não são plenamente compreendidos. Por outro lado, quando utilizado de maneira planejada e consciente, o crédito pode ser um instrumento estratégico para o orçamento familiar, permitindo a realização de compras importantes, investimentos em educação ou aquisição de bens duráveis sem comprometer a estabilidade financeira. Nesse sentido, a educação financeira desempenha papel central, capacitando indivíduos e famílias a avaliar alternativas de crédito, comparar custos, calcular juros e decidir sobre a melhor forma de utilizar recursos emprestados de maneira responsável e sustentável.

5.1 CARTÃO DE CRÉDITO

O pagamento de crédito é um tipo de pagamento realizado de forma eletrônica, ou seja, um pagamento online criado para facilitar a quitação de compras e serviços à vista ou parcelados, além de minimizar a circulação de dinheiro em espécie no país.

O titular recebe mensalmente uma fatura com os valores a serem pagos. Esse pagamento pode ser feito de três formas: O pagamento total do boleto; O pagamento do valor mínimo estipulado pela administradora do cartão; E o pagamento de um valor moderado, definido pelo próprio titular, deixando o restante da dívida para o mês seguinte. Neste último caso, incide uma taxa de juros sobre o valor não quitado, conhecida como crédito rotativo.

O crédito rotativo é uma das piores opções para o pagamento da fatura, pois possui uma das mais altas taxas de juros do mercado. Essa elevação ocorre principalmente devido à alta inadimplência: bancos e instituições financeiras aumentam os juros para compensar o risco assumido ao conceder crédito a consumidores inadimplentes.

Uma característica fundamental do cartão de crédito é o limite de compras, determinado pela instituição financeira emissora com base na renda do titular. Esse limite é reduzido conforme as

compras são realizadas e é restabelecido proporcionalmente ao pagamento da fatura.

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), em 2023, o uso de cartões de crédito no Brasil registrou 42,2 bilhões de operações, movimentando um total de R\$ 13,74 trilhões. Esses números representam um crescimento de 13,1% no número de transações e de 10,1% no valor transacionado em comparação com 2022.

O cartão de crédito é visto pelo consumidor como um facilitador na hora da compra, principalmente quando utilizado de forma consciente e planejada.

Exemplo 5.1.1: Compra no cartão de crédito

Ana realiza uma compra de R\$ 1.000,00 no cartão de crédito, com vencimento em 30 dias.

Pagamento dentro do prazo: Se Ana paga o valor total até a data de vencimento, não há cobrança de juros, e o montante permanece R\$ 1.000,00.

Pagamento após o vencimento: Suponha que a taxa de juros rotativos seja de 10% ao mês. Se Ana pagar somente após o vencimento, o valor devido será calculado da seguinte forma:

$$\text{Juros} = 1000 \times 0,10 = 100$$

$$\text{Montante a pagar} = 1000 + 100 = \text{R}\$1.100,00$$

Portanto, o atraso gera um acréscimo de R\$ 100,00 sobre o valor original, além de possíveis multas e impactos no histórico de crédito.

Exemplo 5.1.2: Compra parcelada no cartão de crédito

Paula decide parcelar uma compra de R\$ 1.200,00 em 4 vezes sem juros.

Valor de cada parcela:

$$\text{Parcela mensal} = \frac{1200}{4} = \text{R}\$300,00$$

Se todas as parcelas forem pagas dentro do prazo, Paula paga o montante total de R\$ 1.200,00 sem acréscimos. caso haja atraso em uma parcela, por exemplo, considerando uma taxa de juros de 10% ao mês, o valor da parcela com juros será:

$$\text{Valor da parcela atrasada} = 300 \times 1,10 = \text{R}\$330,00$$

Assim, como no próximo mês ainda tem a parcela normal de R\$ 300,00, Paula deverá pagar o montante de R\$ 630,00, pois o atraso impacta diretamente o valor total a ser pago, podendo gerar efeito cascata sobre as demais parcelas caso o pagamento continue irregular.

A grande flexibilidade e facilidade na utilização do cartão de crédito requerem atenção e

certos cuidados por parte do consumidor. Como mencionado anteriormente, ao recorrer ao crédito rotativo, o cliente se sujeita ao pagamento de juros elevados e encargos financeiros.

No caso do parcelamento da fatura, é necessário que as condições estejam previamente acordadas com a instituição financeira ou sejam ajustadas caso a caso. Esse parcelamento, por sua vez, implica a cobrança de juros, encargos financeiros e impostos sobre operações financeiras (IOF), que serão incorporados ao valor total das próximas faturas.

As taxas de juros aplicadas variam livremente entre as instituições financeiras, conforme acordo com o cliente, já que não há uma limitação padronizada. Além disso, alguns cartões cobram taxa de anuidade, a qual pode ser paga de forma única (à vista) ou parcelada e vem discriminada na fatura, seja mensalmente ou anualmente. No entanto, existem cartões de crédito que oferecem isenção total dessa taxa, dependendo das condições estabelecidas pelo emissor.

5.2 CHEQUE ESPECIAL

O cheque especial é um tipo de crédito pré - aprovado, atrelado a uma conta corrente, disponível tanto para pessoa física quanto para empresas. Este recurso funciona como um limite extra para cobrir gastos, emergências ou situações pontuais a curto prazo. O valor é disponibilizado em conta corrente mesmo que o saldo esteja negativado. É uma facilidade oferecida aos clientes que quando utilizado, requer bastante cautela devido a alta taxa de juros cobrada pelos bancos a curto prazo e principalmente para evitar o acúmulo de dívidas e custos elevados.

O cheque especial popularmente conhecido como limite bancário é disponibilizado pelas instituições financeiras aos seus clientes, e sempre que o saldo em conta ficar negativo, o cheque especial é ativado automaticamente, disponibilizando um valor extra para uso imediato.

Exemplo 5.2.1: Uso do cheque especial

João possui uma conta corrente com limite de cheque especial de R\$ 2.000,00. Ele utiliza R\$ 1.500,00 para cobrir despesas emergenciais durante o mês.

Uso consciente dentro do prazo: Se João consegue restituir o valor utilizado até o vencimento acordado com o banco, os juros podem ser menores ou até inexistentes, dependendo do contrato.

Atraso no pagamento: Suponha que a taxa de juros do cheque especial seja de 12% ao mês. Se João não regulariza o saldo de R\$ 1.500,00 em um mês, os juros serão calculados assim:

$$\text{Montante a pagar} = 1500 \times 1,12 = R\$1.680,00$$

Dessa forma, o uso do cheque especial sem planejamento financeiro adequado pode gerar aumento significativo da dívida, comprometendo o orçamento familiar e afetando o histórico de crédito do cliente.

Esta é uma simulação didática de fácil compreensão. Porém, sem considerar os encargos cobrados pelos bancos e instituições financeiras, que são altíssimos e que varia entre elas, no qual o não pagamento no tempo certo, pode levar o cliente a ter sérios problemas financeiros.

5.3 FINANCIAMENTO

Financiamento é uma modalidade de crédito em que uma instituição financeira disponibiliza recursos, por meio de um contrato, para pessoas ou empresas adquirirem bens ou serviços previamente definidos. O cliente assume a obrigação de devolver o valor concedido, em parcelas, acrescidas de juros e demais taxas cobradas pelo banco em um determinado prazo. Por estar vinculado a um objetivo específico, o valor liberado deve ser utilizado exclusivamente para a finalidade estabelecida no acordo. Antes do acordo ser formalizado, a instituição realiza simulações e análises documentais para avaliar a viabilidade e autorizar o crédito de forma oficial.

A confirmação da liberação do financiamento depende de um processo de avaliação, que verifica se o cliente está apto a assumir o compromisso que será firmado. Tal processo geralmente envolve as seguintes etapas:

1. **Simulação de crédito:** A instituição financeira realiza uma simulação para definir os valores, parcelas, prazos, taxas de juros e encargos, considerando o bem ou serviço a ser adquirido.
2. **Análise documental e de crédito:** O banco ou instituição financeira avalia o histórico do cliente, verificando se possui o nome limpo, dívidas ativas, score de crédito e bens que possam servir como garantia para quitação da dívida. Trata-se de uma análise do perfil financeiro do cliente, que será determinante para sua aprovação.
3. **Avaliação do bem ou serviço:** A instituição analisa o bem ou serviço que o cliente deseja adquirir, verificando seu valor e condições de uso (por exemplo, no caso de imóveis ou veículos).
4. **Análise e aprovação da documentação:** A instituição revisa toda a documentação exigida e, caso o cliente seja aprovado, o contrato é emitido contendo todas as condições e exigências, como valores, prazos, taxas e demais cláusulas acordadas.
5. **Assinatura do contrato:** Após a leitura cuidadosa do contrato pelo cliente, ambas as partes assinam o documento, formalizando a operação, que pode ser registrada em cartório, se necessário.
6. **Liberação do crédito:** Concluídas todas as etapas anteriores com êxito, o crédito é liberado e o cliente pode utilizar o valor exclusivamente para a finalidade definida no contrato.

Portanto o financiamento tem por finalidade viabilizar a aquisição de determinado bem ou serviço para o financiado, de forma parcelada, com acréscimos de taxas, juros e encargos, e tendo inclusive o próprio bem como garantia para quitação da dívida (caso o bem adquirido seja um veículo ou imóvel), por atrasos no pagamento.

Exemplo 5.3.1: Financiamento de veículo com parcelas e juros compostos

Carlos deseja comprar um carro no valor de R\$ 40.000,00, dando entrada de R\$ 10.000,00 e financiando o saldo de R\$ 30.000,00 em 12 parcelas mensais com juros de 2% ao mês.

Fórmula da parcela (anuidade):

$$P = \frac{C \cdot i}{1 - (1 + i)^{-t}}$$

onde:

- P = parcela mensal
- C = valor financiado = R\$ 30.000
- i = taxa de juros mensal = 0,02
- t = número de parcelas = 12

Cálculo:

$$P = \frac{30.000 \cdot 0,02}{1 - (1 + 0,02)^{-12}} \approx \frac{600}{1 - 0,78849} = \frac{600}{0,21151} \approx R\$2.836,90$$

Valor total pago:

$$\text{Total} = 12 \times 2.836,90 + 10.000 \approx 44.042,80$$

Dessa forma, Carlos pagará 12 parcelas de aproximadamente R\$ 2.836,90, mais a entrada de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 44.042,80. Este exemplo evidencia como a composição de juros em uma série de pagamentos afeta o valor final do financiamento.

5.4 EMPRÉSTIMO PESSOAL

Empréstimo pessoal é uma modalidade de crédito oferecida por bancos ou instituições financeiras a pessoas físicas. O valor é disponibilizado diretamente na conta do cliente, que tem total autonomia para decidir a finalidade do montante adquirido. Em contrapartida, assume o compromisso de quitar a dívida em parcelas mensais, acrescidas de juros.

Esse tipo de crédito é considerado mais flexível e de fácil acesso, pois não exige garantias nem a justificativa para o uso do valor solicitado. A contratação pode ser realizada de diferentes formas: pelo aplicativo da instituição financeira, pelo Internet Banking, em caixas eletrônicos ou

presencialmente em uma agência. Após a solicitação, a instituição realiza uma análise de crédito baseada no perfil de risco do cliente. Essa avaliação define se o pedido será aprovado e qual será o limite disponibilizado. O empréstimo pessoal costuma ser indicado para consumidores que necessitam de valores menores e que pretendem quitar a dívida em um prazo relativamente curto.

Exemplo 5.4.1: Empréstimo pessoal com parcelas

Joana contraiu um empréstimo pessoal no valor de R\$ 10.000,00, que será pago em 10 parcelas mensais com taxa de juros de 3% ao mês.

Fórmula da parcela (anuidade):

$$P = \frac{C \cdot i}{1 - (1 + i)^{-t}}$$

onde:

- P = parcela mensal
- C = valor do empréstimo = R\$ 10.000
- i = taxa de juros mensal = 0,03
- t = número de parcelas = 10

Cálculo da parcela:

$$P = \frac{10.000 \cdot 0,03}{1 - (1 + 0,03)^{-10}} = \frac{300}{1 - 0,73742} = \frac{300}{0,26258} \approx R\$1.143,10$$

Valor total pago:

$$\text{Total} = 10 \times 1.143,10 \approx R\$11.431,00$$

Joana pagará 10 parcelas de aproximadamente R\$ 1.143,10, totalizando R\$ 11.431,00. Este exemplo mostra como os juros compostos, aplicados sobre uma série de pagamentos, aumentam o montante total do empréstimo em relação ao valor originalmente contratado.

Em algumas situações, existe um tipo de empréstimo pessoal, a juros mais baixo, que chamamos de empréstimo consignado. Este é um tipo de crédito oferecido por instituições financeiras, destinado principalmente a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos. As taxas mais baixas ocorrem porque o pagamento das parcelas é descontado automaticamente da folha de pagamento do benefício ou do salário do cliente, reduzindo o risco de inadimplência para as instituições financeiras. O valor de crédito disponibilizado varia de acordo com o salário ou benefício do próprio cliente, respeitando a chamada margem consignável, que define o cálculo do valor máximo das parcelas, levando em consideração a renda que pode ser comprometida com o pagamento das parcelas.

Apesar das vantagens, o uso indiscriminado desse tipo de crédito tem gerado preocupação.

Muitos aposentados e pensionistas acabam se endividando excessivamente, o que compromete sua qualidade de vida e contribui para o aumento do superendividamento da população idosa. Diante desse cenário, torna-se indispensável a atuação do governo, por meio de políticas públicas que promovam a conscientização, a proteção e a garantia dos direitos da população idosa no acesso ao crédito consignado. Além disso, é fundamental fortalecer a educação financeira desde os anos iniciais de formação escolar, para que os cidadãos desenvolvam hábitos mais conscientes e responsáveis no uso do crédito ao longo da vida.

6 ORÇAMENTO FAMILIAR

O planejamento financeiro é um método estratégico e prático para administrar seu dinheiro, controlar despesas e preservar a sua saúde financeira. Por meio do planejamento financeiro, é possível definir metas, estabelecer prioridades e tomar decisões mais conscientes sobre a utilização dos recursos. Além disso, ele contribui para evitar o endividamento, formar uma reserva de emergência e alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo, proporcionando mais segurança e tranquilidade para a sua vida.

De acordo com Lopes (2012), o Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar tem como objetivo auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família ajudando-as a arquitetar um Projeto de Vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio próprio ou proteger sua família contra eventualidades.

Responsável por promover segurança e estabilidade financeira, o planejamento exige uma análise crítica e minuciosa da situação econômica em que o indivíduo está inserido. É fundamental estabelecer metas claras e objetivas, bem como elaborar um plano detalhado que oriente as ações necessárias para atingi-las.

O planejamento financeiro não se resume apenas ao controle de gastos. Ele envolve uma visão estratégica de longo prazo, permitindo que o indivíduo ou a família se preparem para imprevistos e alcancem seus sonhos e objetivos com mais segurança.

Um bom planejamento começa com o mapeamento completo da situação financeira atual: conhecer a renda, listar as despesas fixas e variáveis, identificar dívidas e analisar hábitos de consumo. Com essas informações em mãos, torna-se possível traçar um plano realista e sustentável. Outro aspecto fundamental é a educação financeira. Com mais conhecimento sobre investimentos, taxas de juros, crédito e inflação, o indivíduo passa a tomar decisões mais inteligentes e evita armadilhas que comprometem sua estabilidade financeira. Além disso, a disciplina e o acompanhamento constante são indispensáveis. Revisar o planejamento periodicamente e ajustar as metas conforme as mudanças de cenário ou de objetivos de vida é essencial para garantir a eficácia do plano.

Segundo Cerbasi (2012), o orçamento doméstico constitui a base da organização financeira, pois permite o registro sistemático das receitas e despesas, possibilitando o controle consciente dos gastos, a redução de desperdícios e o incentivo à formação de poupança. Para o autor, o orçamento não deve ser compreendido como uma restrição, mas como um instrumento de liberdade, capaz de viabilizar o planejamento de metas e a concretização de projetos futuros.

Nesse sentido, a elaboração de um orçamento familiar ou pessoal configura-se como uma das etapas mais importantes da organização financeira, uma vez que seu princípio fundamental consiste em assegurar que os gastos nunca superem a renda disponível. Assim, torna-se essencial

que as despesas mensais permaneçam abaixo do valor recebido, permitindo que o indivíduo ou a família mantenham uma margem financeira positiva ao final de cada mês.

$$\text{Poupança} = \text{Receitas} - \text{Despesas}$$

Quando a renda é maior que as despesas, forma-se um superávit, que pode ser utilizado de maneira estratégica para fortalecer a saúde financeira. Essa sobra de recursos possibilita a criação de uma reserva de emergência, a realização de investimentos, a concretização de objetivos pessoais, como viagens, reformas ou aquisições importantes, e o planejamento para a aposentadoria. Além disso, um orçamento bem estruturado contribui para a prevenção de imprevistos, evitando que situações emergenciais resultem em endividamento.

De acordo com Silva (2020), o orçamento doméstico é frequentemente desconhecido ou negligenciado pelas famílias. Como consequência, muitas vezes as despesas ultrapassam o controle, tornando comum a situação em que o dinheiro disponível não é suficiente para cobrir os gastos até o final do mês. Nesses casos, recomenda-se a elaboração de um orçamento familiar. Trata-se de um processo que demanda esforço, uma vez que as dificuldades são diversas, exigindo força de vontade e o envolvimento consciente de todos os membros da residência para que o planejamento financeiro seja eficaz.

A prática do orçamento também proporciona maior consciência sobre hábitos de consumo, permitindo identificar gastos supérfluos, ajustar prioridades e tomar decisões mais assertivas. Assim, manter um controle sistemático das entradas e saídas financeiras é essencial para desenvolver autonomia, estabilidade e segurança ao longo da vida.

Um orçamento bem realizado permite a obtenção de saldo para investir e aplicar, aos poucos, certa quantia de dinheiro. Assim, todo esse processo foi pensado para ser passado aos jovens nas escolas através de um dos temas que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sabendo disso é necessário criar uma tabela financeira, onde será possível anotar todos os cupons fiscais e comprovantes de gastos(despesas).

O Banco Central do Brasil, em seu Caderno de Educação Financeira, destaca quatro importantes etapas para se elaborar um orçamento pessoal ou familiar que serão resumidas e destacadas a seguir:

1. Planejamento

Consiste em organizar as receitas e despesas do mês em uma tabela. Como base, pode-se utilizar os ganhos e gastos do mês anterior. Para isso, é necessário separar as receitas em:

- **Fixas:** salários, aposentadorias, etc.
- **Variáveis:** comissões por vendas, horas extras, consultorias, entre outros.

Da mesma forma, as despesas devem ser classificadas em:

- **Fixas:** aluguel, seguros, financiamentos, etc.
- **Variáveis:** alimentação, energia elétrica, transporte, lazer, etc.

2. Registro

Consiste em anotar todas as receitas e despesas do mês, utilizando uma tabela, planilha ou aplicativo financeiro. É importante registrar todos os gastos, incluindo notas fiscais, recibos de pagamento e comprovantes de utilização do cartão de crédito e débito.

3. Agrupamento

Consiste em organizar os gastos em categorias semelhantes, como alimentação, transporte, lazer, entre outros. Essa etapa facilita a visualização de quanto da renda está sendo direcionada para cada grupo, permitindo identificar despesas desnecessárias e possíveis ajustes no orçamento.

4. Avaliação

Consiste em analisar o comportamento das finanças ao longo do mês. É o momento de adotar medidas corretivas e preventivas, garantindo que a renda proporcione benefícios, segurança e qualidade de vida para a família.

Logo, se ao final do orçamento a receita for maior que as despesas, então, significa que você está tendo controle sobre suas finanças.

De acordo com Halles, Sokolowski e Hilgemberg (2007), o orçamento doméstico pode ser realizado por meio de uma planilha, na qual devem ser anotados todos os gastos e despesas familiares, incluindo aqueles de valor variável ou considerados irrisórios. O registro detalhado de cada movimento financeiro permite que a família tenha uma visão ampla e precisa de sua situação econômica, possibilitando a identificação de padrões de consumo e hábitos financeiros.

Esse processo não apenas facilita o planejamento e o controle das finanças, como também fornece informações essenciais para a tomada de decisões conscientes sobre gastos, investimentos e poupança. Ao organizar sistematicamente receitas e despesas, mesmo as mais pequenas, o orçamento doméstico torna-se uma ferramenta estratégica para promover estabilidade financeira, reduzir desperdícios e direcionar recursos de forma eficiente, contribuindo para a qualidade de vida e segurança econômica da família.

A fim de ilustrar de maneira prática a organização financeira familiar, apresenta-se a seguir um exemplo detalhado de orçamento mensal. Nele, são discriminadas as receitas e despesas da família, classificadas em fixas e variáveis, permitindo o cálculo do total de gastos e da poupança disponível. Esse exercício demonstra como o controle sistemático das finanças facilita

o planejamento, a identificação de prioridades e a tomada de decisões conscientes sobre o uso dos recursos.

Exemplo 6.0.1: Orçamento familiar detalhado em tabela

A família Silva possui a seguinte situação financeira mensal:

Receitas:

Descrição	Valor (R\$)
Salário do pai	3.500,00
Salário da mãe	2.800,00
Renda de aluguel de imóvel	1.200,00
Total de Receitas	7.500,00

Despesas fixas:

Descrição	Valor (R\$)
Aluguel da residência	1.500,00
Prestação do carro	800,00
Plano de saúde	600,00
Escola das crianças	700,00
Total de Despesas Fixas	3.600,00

Despesas variáveis:

Descrição	Valor (R\$)
Supermercado	1.200,00
Conta de luz e água	400,00
Transporte (combustível e ônibus)	300,00
Lazer e entretenimento	200,00
Total de Despesas Variáveis	2.100,00

Despesas totais e poupança:

$$\text{Despesas totais} = 3.600 + 2.100 = 5.700,00$$

$$\text{Poupança} = 7.500 - 5.700 = 1.800,00$$

Portanto, após organizar todas as receitas e despesas, a família Silva consegue poupar R\$ 1.800,00 no mês. Este valor pode ser destinado a investimentos, reserva de emergência ou objetivos de médio e longo prazo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da educação financeira se revela como fundamento para a gestão consciente e estratégica dos recursos disponíveis. Desde os conceitos básicos de finanças, passando pela distinção entre renda ativa e passiva, até a aplicação de técnicas de cálculo de juros simples e compostos, ficou claro que o conhecimento financeiro vai além da teoria, sendo essencial para a construção de uma vida econômica equilibrada, autônoma e segura. Compreender o comportamento do dinheiro, os impactos dos juros e o funcionamento dos investimentos permite decisões fundamentadas que influenciam diretamente a qualidade de vida.

O estudo da relação entre consumo e consumismo evidencia a necessidade de uma postura crítica diante das ofertas do mercado. Enquanto o consumo consciente orienta o uso racional dos recursos, evitando endividamentos e priorizando objetivos, o consumismo impulsivo, estimulado por campanhas publicitárias e facilidades de crédito, demonstra os riscos de escolhas financeiras sem planejamento. Nessa perspectiva, a educação financeira emerge como ferramenta preventiva e transformadora, promovendo hábitos de consumo responsáveis.

A análise detalhada de receitas e despesas mostrou que o registro e a categorização de cada movimento financeiro são fundamentais para o controle do orçamento familiar. Identificar fontes de receita e discriminar despesas fixas e variáveis possibilita um planejamento eficiente, permitindo ajustes estratégicos e priorização de gastos essenciais. Este conhecimento fornece aos indivíduos uma visão realista de suas finanças, criando uma base sólida para a tomada de decisões conscientes.

Exemplos práticos de orçamento familiar reforçam a aplicabilidade desses conceitos. A organização sistemática das receitas, o acompanhamento das despesas e o cálculo da poupança demonstram que, com disciplina, é possível equilibrar as contas, criar reservas financeiras e investir em objetivos de curto, médio e longo prazo. Além disso, o entendimento de produtos financeiros, como fundos imobiliários e CDBs, ilustra a possibilidade de gerar renda passiva, aumentando a autonomia e fortalecendo o planejamento financeiro.

Mais do que técnica, a educação financeira envolve desenvolvimento de hábitos e atitudes que moldam o comportamento econômico. A integração de conceitos de renda, receita, despesa, consumo consciente, juros e investimentos em um planejamento estruturado permite reduzir vulnerabilidades, evitar endividamentos e construir patrimônio sólido, promovendo segurança econômica e tranquilidade emocional.

Por fim, este trabalho evidencia que a formação em educação financeira é um instrumento transformador, capaz de impactar positivamente a vida de indivíduos e famílias. A prática consistente dos conhecimentos adquiridos cria condições para autonomia financeira, realização de metas e sonhos, além de consolidar uma cultura de disciplina, planejamento e consciência econômica que perdura ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS (ABECS). **Balanco do setor de meios eletrônicos de pagamento: resultados 2024**. [S. l.]: ABECS, 2024. Apresentação em PowerPoint. Acesso em: 8 dez. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 8 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. 1. ed. rev. Brasília, DF: Comitê Nacional de Educação Financeira, 2013.
- CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: Bloco 1**. Brasília, DF: CONEF, 2013. Disponível em: <https://gmw.investidor.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/EM-Livro1-VoceAqueAgora.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC): inadimplência renova recorde histórico**. Rio de Janeiro: CNC, 2024. Disponível em: <https://www.cnc.com.br>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- LOPES, Fabrício Fabiano Moreira. **A importância do orçamento familiar**. 2012. Trabalho acadêmico (Graduação em Administração) — Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD), Belo Horizonte, 2012.
- SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. São Paulo: Serasa, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia/>. Acesso em: 8 dez. 2025.
- SILVA, Maressa Fernandes Sobreira. **A educação financeira como base para a contabilidade familiar**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — UNIFACIG, Manhuaçu, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifacig.edu.br>. Acesso em: 8 dez. 2025.